



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS III**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MARIA EMÍLIA LIMA FERNANDES**

**PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB:  
A TRAJETÓRIA DE ANTONIA DO VARELO**

**GUARABIRA**

**2023**

MARIA EMÍLIA LIMA FERNANDES

**PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB:  
A TRAJETÓRIA DE ANTONIA DO VARELO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Área de concentração: História e estudos culturais – etnia, crença, gênero e sensibilidade.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Dayane Nascimento Sobreira

**GUARABIRA**

**2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363p Fernandes, Maria Emília Lima.  
Protagonismo feminino na luta pela terra em Araruna-PB  
[manuscrito] : a trajetória de Antônia do Varelo / Maria Emília  
Lima Fernandes. - 2023.  
43 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Dayane Nascimento Sobreira ,  
Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Luta pela terra. 2. Resistências. 3. Mulheres. 4. Paraíba.  
I. Título

21. ed. CDD 981.33

MARIA EMÍLIA LIMA FERNANDES

**PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB:  
A TRAJETÓRIA DE ANTONIA DO VARELO**

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Área de concentração: História e estudos culturais – etnia, crença, gênero e sensibilidade.

Aprovada em: 22/11/2023

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profª Dra. Dayane Nascimento Sobreira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profª Dra. Susel Oliveira da Rosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*À Dona Antonia, por me permitir contar  
sua história, dedico.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conduzir até aqui.

À professora Dra. Dayane Nascimento Sobreira, por toda orientação e apoio prestados durante minha trajetória acadêmica, principalmente na construção deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A meus pais, Emiliano e Maria José, por todo carinho, dedicação e amor, vocês são meu porto seguro.

A meu irmão Júlio, por ser um fiel amigo e me tirar boas risadas.

Aos meus avôs Cícero e Antônio, ambos (*in memoriam*), apesar da ausência física, suas histórias de vida sempre me inspiraram a seguir bons caminhos.

Às minhas avós, Terezinha e Stella Maris, por serem minhas maiores incentivadoras, e pelo cuidado e afeto dedicados a mim de forma imensurável. Agradeço ao meu noivo, Pedro Rikelmy, por nunca ter medido esforços para me ajudar durante essa jornada, e por preencher meus dias com felicidade, você faz parte disso.

À minha amada amiga Rafaella Moreira, por todo companheirismo, afeto, empatia e ajuda, você fez a caminhada ser mais leve e trouxe luz nos meus dias mais nublados.

Aos professores do Curso de História, por todos os conhecimentos partilhados, minha total admiração.

Aos funcionários da UEPB, e meus colegas de curso, que fizeram parte dos meus dias durante os anos de graduação.

E, não menos importante, à Antonia da Cruz Silva, pelas suas histórias e ensinamentos, gratidão.

*“se elas não têm o poder, as mulheres têm,  
diz-se, poderes.”  
(Michele Perrot)*

## RESUMO

No município de Araruna-PB, os acontecimentos relacionados à desapropriação agrária foram marcantes durante a década de 1980, e são atravessados pelas ações desenvolvidas por mulheres como Antonia da Cruz Silva, que atuou como representante dos(as) trabalhadores(as) do campo na primeira área de conflitos pela reforma agrária, na região do Agreste Paraibano. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a ausência de narrativas que versem sobre o protagonismo feminino no período de conflagrações entre trabalhadores do campo e latifundiário, em Araruna-PB, e discorrer sob as intersecções entre classe e gênero nesse contexto, a partir da trajetória de Dona Antonia do Varelo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde foram realizadas pesquisas de campo no assentamento rural Calabouço, também o uso de fontes orais, por meio de entrevistas, e estudo de fontes documentais, como o relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (1986). Conclui-se que o protagonismo de mulheres é uma marca presente nos movimentos sociais do campo na Paraíba, maquinando resistências contra os poderes instituídos estruturalmente ou a partir da inter-relação entre estes.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Resistências; Mulheres; Paraíba.



## **ABSTRACT**

In the municipality of Araruna-PB, the events related to agrarian expropriation were remarkable during the 1980s, and are crossed by the actions developed by women such as Antonia da Cruz Silva, who acted as a representative of field workers in the first area of conflict over agrarian reform, in the Agreste Paraibano region. In this sense, this work aims to reflect on the absence of narratives that deal with female protagonism in the period of conflagrations between field workers and landowners, in Araruna-PB, and discuss the intersections between class and gender in this context, based on the trajectory of Dona Antonia do Varelo. This is a qualitative research, where field research was carried out in the rural settlement Calabouço, also the use of oral sources, through interviews, and study of documentary sources, such as the report of the I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (1986). It is concluded that the protagonism of women is a mark present in social movements in the countryside in Paraíba, engineering resistance against the powers structurally instituted or based on the interrelationship between them.

**Keywords:** Struggle for land; Resistance; Women; Paraíba.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	
<b>11</b>	
<b>2 PROTAGONISMO FEMININO EM MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO AGRESTE PARAIBANO (DÉCADA DE 1980) .....</b>	
<b>18</b>	
<b>3 ANTONIA DO VARELO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA .....</b>	
<b>28</b>	
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	
<b>38</b>	
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	
<b>40</b>	
<b>FONTES.....</b>	
<b>41</b>	
<b>ANEXOS .....</b>	
<b>42</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia, enquanto trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, versa sobre as histórias, memórias e experiências de uma mulher, trabalhadora do campo do município de Araruna, chamada Antonia da Cruz Silva, que participou ativamente das lutas pela desapropriação agrária da Fazenda Calabouço (Araruna-PB) durante a década de 1980, e foi capaz de reunir trabalhadores ao propósito em que estava empenhada e após anos em conflitos e disputas judiciais, conquistaram o direito de permanência no território e de criação do assentamento de mesmo nome, em 1986.

Para situar esta pesquisa a partir de noções geográficas e de temporalidade, é necessário destacarmos o contexto histórico e social do qual esta análise se propõe a discutir. De acordo com Silva (2008), o município de Araruna está situado na microrregião do Curimataú Oriental no Agreste Paraibano. O seu povoamento é datado por volta do ano 1830, momento em que se constituiu a vila de Araruna a partir da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição.

Desde então, a pequena cidade de Araruna foi se desenvolvendo comercialmente a partir da cultura da agropecuária, pela comercialização de cultivos como o algodão, feijão e café. Devido sua principal característica econômica advir do setor rural, sua história se deu sob a influência do poderio oligárquico. Contudo, o objeto em questão nesta pesquisa trata das relações de poder e trabalho entre agricultores e latifundiários, sobretudo na atuação feminina nestes espaços, na perspectiva de resistência ante a dominação e exploração sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da referida propriedade – e também traços da história de vida de uma de suas protagonistas.

Dada a inexistência de reconhecimentos legais referentes às condições de trabalho de homens e mulheres camponeses no período que antecede os litígios em questão, a população predominantemente rural da Araruna do final do século XIX e início do século XX, em grande parte descende de um passado de exploração, procedentes de diversas formas de dominação, que historicamente reproduzem relações de permanência da estrutura colonialista e capitalista, resultando em condições de subserviência a seus patrões, sendo mantidos em relações de dependência referentes à alimentação, moradia e emprego.

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, em que pude conversar com a moradora do Assentamento Calabouço, a senhora Antonia da Cruz Silva, de 79 anos, que é considerada uma liderança feminina e um símbolo de resistência na luta pela reforma agrária nos assentamentos rurais do município em que reside, como também nas proximidades.

No que diz respeito ao percurso metodológico, essa pesquisa tem como base a memória e a utilização da história oral<sup>1</sup>. A historiografia correspondente a essa temática foi utilizada para auxiliar na formulação de questões relevantes a essa pesquisa, como também para o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o pensamento de como esta poderia vir a contribuir nas discussões sobre a atuação feminina nos espaços rurais, sobretudo, assumindo ações de protagonismo em um ambiente estruturalmente patriarcal.

Além disso, Ecléa Bosi (1994), no seu livro *Memórias de Velhos*, suscita reflexões pertinentes para pensarmos sobre a estruturação da memória, e como as lembranças de pessoas idosas podem contribuir para a constituição de novas perspectivas além da história oficial, a partir das experiências sociais, políticas e culturais, presentes nas memórias desses sujeitos. A narrativa apresentada pela autora também contribuiu para o entendimento das limitações no trato com a memória e da importância em reconhecer o fato de que memórias são narradas de forma fragmentada: “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 1994, p. 03).

Além disso, Bosi (1994) realiza uma análise sobre as formas e razões pelas quais as memórias são selecionadas pelos sujeitos, e com isso, é possível pensar sobre como esses elementos podem sugerir questões que não foram anunciadas durante a narração, mas que cabe ao historiador levantar problematizações a respeito. Dessa forma, os caminhos traçados no decorrer deste trabalho consideraram as contribuições teóricas e práticas desta e de demais autores que se dedicaram ao estudo e potencialidades das fontes orais.

Para a exemplificação de dados referentes ao território de análise, o trabalho da professora Emília Moreira (1997) contribui de forma significativa devido a sua pesquisa ser ricamente preenchida de informações sobre propriedades rurais de muitos municípios da Paraíba, incluindo um panorama histórico dos acontecimentos

---

<sup>1</sup> Para um aprofundamento nesta discussão, conferir: Thompson (1992).

que ocorreram nestes locais, dentro de um contexto de conflitos entre camponeses e latifundiários. Dentre estes, encontram-se a história de cinco propriedades da cidade de Araruna, contendo algumas informações específicas sobre a Fazenda Calabouço, e o que aconteceu neste espaço-território.

Segundo Moreira (1997), na Fazenda Calabouço residiam 19 famílias há cerca de 30 anos, que trabalhavam na condição de foreiros; isto significa que, ao final de todos os anos, os trabalhadores pagavam ao proprietário uma determinada quantia obtida através dos resultados no trabalho de cultivo das plantações, como condição para permanecerem naquela propriedade.

Ainda em conformidade com as informações citadas por Moreira (1997), as descrições expostas pela interlocutora, conforme o prosseguimento das entrevistas, elucidam os fatores que motivaram o início das mobilizações dos trabalhadores da Fazenda Calabouço. Mediante as ameaças de venda da propriedade, exercidas pelo proprietário, os moradores da Fazenda compreenderam a necessidade de se mobilizarem contra estas ações, que poderiam resultar na expulsão das várias famílias que ali residiam.

Devido sua participação ativa, Dona Antonia assumiu uma posição de liderança entre os trabalhadores da Fazenda Calabouço, ao lado de seu irmão Tota, que foi acusado e preso injustamente pelo período de 29 dias, devido ao seu envolvimento nos conflitos vivenciados na propriedade anteriormente citada. Sobre Tota, Diego França (2020) comenta que

Sua prisão mobilizou a Diocese de Guarabira, que decidiu interromper as celebrações das missas, até que o trabalhador fosse libertado. Essa ação da Igreja acabou dando resultado, pois depois de poucos dias ocorreu sua libertação. Trabalhou por mais de sete anos na Comissão Pastoral da Terra de Guarabira, contribuindo para a luta dos trabalhadores de outras áreas em Araruna-PB (França, 2020, p. 36).

Em virtude dos acontecimentos presentes na trajetória destas conflagrações, a busca por apoio à causa camponesa gerou novas sociabilidades com movimentos de trabalhadores rurais de outras cidades da Paraíba, como no caso do encontro entre Dona Antonia e Margarida Maria Alves, sindicalista e representante dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo no município de Alagoa Grande, esta que foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983 em razão da sua atuação contra um grupo de políticos e latifundiários conhecido como Grupo da Várzea e pela

busca do asseguramento de direitos para tal classe. Além disso, também pôde contar com o auxílio de membros de grupos da Igreja Católica da Diocese de Guarabira, que foram determinantes durante o processo de desapropriação agrária e formação do assentamento.

O protagonismo de mulheres que estavam à frente de mobilizações sociais de trabalhadores rurais simboliza uma ruptura nos padrões da época, sobretudo dentro da dinâmica do campo. Nas expressões de Dona Antonia, ela cita sobre sua participação e interação com outras mulheres em encontros promovidos pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras – MMT/PB, no município de Pirpirituba-PB. Nas palavras da entrevistada: “o objetivo desse movimento era fazer com que as mulheres se reconhecessem como gente, como classe, como filha de Deus e irmã do homem” (Silva, 2022) (Informação Verbal). Trazendo datas, e marcos importantes, Dayane Sobreira (2020) menciona:

No Nordeste, em 1981, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT-PB) na Paraíba, como movimento autônomo que semeou ações que, somadas, resultaram na criação em 1982 do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão de Pernambuco. Em 1986 surgiu o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMB) (Sobreira, 2022, p. 66).

Dado o levantamento bibliográfico para a configuração de informações pertinentes à investigação de fatos que pudessem colaborar com esta escrita, foi possível identificar trabalhos de algumas autoras que se dedicaram à pesquisa e escrita sobre a temática que se relacionam a esta narrativa. Nessa perspectiva, Duarte (2014) faz os seguintes apontamentos:

Muitas mulheres trabalhadoras no momento em que entendem seu papel como trabalhadoras rurais e compreendem sua posição como sujeitos políticos, conseguem se posicionar perante sua condição também de gênero. Uma das primeiras formas para a compreensão do seu papel de classe e de gênero começa na organização de movimentos específicos dentro da esfera pública da luta de classes (Duarte, 2014, p. 43).

A formação de movimentos, como o MMT-PB e MMB, constituíram um poder de representação fundamental para as mulheres trabalhadoras do campo na Paraíba. As articulações e projetos pensados e executados por estas mulheres significaram uma revolução dos padrões políticos, sociais e de gênero diante do papel da mulher no campo, seguido de todas as (re)construções de subjetividades

no cotidiano dessas mulheres. De acordo com as informações apresentadas por Souza (2019),

O MMT realizou um evento com expressivo número de mulheres, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, bastante significativa para a história das militantes da Paraíba, que aconteceu nos dias 7 e 8 de março de 1986, no município de Guarabira. Nele se fizeram presentes 145 mulheres da zona rural e urbana, advindas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Alagoas e Brasília, demonstrando que apesar do seu título ser regional, teve participantes advindas de outras regiões (Souza, 2019, p. 56).

Além do acesso as estas informações, durante a primeira entrevista, Dona Antonia citou sobre sua participação em reuniões do MMT-PB, na cidade de Pirpirituba-PB. Contudo, diante da extensiva pesquisa na busca por demais referências documentais acerca do tema, foi possível localizar registros de sua participação na organização do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba no ano de 1986, presente no relatório deste evento. De acordo com este documento, elaborado pela comissão organizadora desse encontro, as reivindicações (total de 31) foram levadas para Brasília entre 11 e 12 de junho de 1986, por uma delegação de sete mulheres.

Dentre essas mulheres, consta o nome da senhora Antonia da Cruz Silva, que atuou como Representante das Áreas de Conflitos pelo Uso e Posse da Terra do Brejo na Paraíba. Com isso, se torna visível a busca por representatividade e autonomia das trabalhadoras rurais da Paraíba em um momento marcado por violências, disputas e opressão, como os fatos que ocorreram durante a década de 1980. No caso de Araruna-PB, as declarações de Dona Antonia nos guiam para o mapeamento de demais mulheres que estiveram presentes nos litígios pela terra e desapropriação agrária.

Para além disso, é importante refletirmos sobre como as ações femininas desenvolvidas no campo através da atuação de mulheres como Dona Antonia, Margarida Alves, e tantas outras, constituem uma representatividade significativa na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e, sobretudo, uma ampliação da afirmação das mulheres enquanto protagonistas de suas próprias histórias, promovendo mudanças sociais nas próprias relações de gênero em seus territórios.

A história dos moradores da Fazenda Calabouço se desenvolveu com êxito na conquista pela desapropriação agrária do território em prol dos trabalhadores que

ali viviam, no ano de 1984. Essa conquista se deu através de inúmeras dificuldades, ameaças e conflitos judiciais, contudo, a perseverança de uma mulher, que através da necessidade, se viu no dever de liderar esses trabalhadores e motivar as demais mulheres da sua comunidade a resistirem na luta pela terra, foi determinante para que fosse estabelecido o primeiro assentamento de desapropriação agrária de Araruna.

O movimento liderado por Dona Antonia fez com que trabalhadores de outras propriedades se unissem em busca de seus direitos, e, com isso, novas disputas foram travadas através dos embates movidos pela resistência camponesa, resultando na conquista de novas áreas e fundação de seus respectivos assentamentos.

Para a realização dessa escrita, o estudo sobre as fontes orais foi necessário para a colaboração no entendimento desta prática como um método válido para a coleta de informações que possam ser pertinentes na elaboração de um trabalho, e na investigação por meio da memória, das histórias presentes durante muito tempo “apenas” nos documentos tradicionalmente conhecidos como oficiais.

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora, de nenhum modo inúteis), para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si, um registro escrito muito mais abundante (Portelli, 1997, p. 37).

Logo, esta produção pretende realizar um estudo sobre a participação feminina no campo, da cidade de Araruna-PB, e a análise de suas ações nos processos de reivindicações de direitos e pela desapropriação da Fazenda Calabouço, em benefício dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Também, sob a perspectiva de protagonismo feminino em um espaço marcado por discriminações e limitações sobre a atuação das mulheres nessas localidades, por meio de uma contextualização histórica das relações de desigualdades vivenciadas pelos trabalhadores do campo, e os atos de mobilizações camponesas na Paraíba.

Para além do que foi mencionado, um dos propósitos desse trabalho se caracteriza pela escrita da história das pessoas que comumente são ignoradas pela sociedade e pela historiografia em si, que por muito tempo privilegiou as narrativas das oligarquias, dos fazendeiros e dos detentores do poder econômico e político, que faziam (e fazem) parte das camadas elevadas da sociedade.



Dessa forma, essa pesquisa visa o desenvolvimento de uma problematização da história local, da história das mulheres camponesas, que apesar das inúmeras demandas presentes em seu cotidiano, foram à luta e teceram resistências frente à classe dominante. Pretendendo contribuir com as discussões historiográficas que tangenciam esse tema, esta pesquisa se baseia em pretensões pessoais e historiográficas, partindo de um interesse em escrever sobre movimentos rurais, na reflexão sobre como o conhecimento e produção desses conteúdos podem fornecer materiais necessários para o debate e formação de uma reflexão crítica sobre estes assuntos, para além dos limites acadêmicos, possibilitando o desenvolvimento de consciências históricas e culturais, sobre as experiências de vida das mulheres do campo, e especialmente em Araruna.

## **2 PROTAGONISMO FEMININO EM MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO AGRESTE PARAIBANO (DÉCADA DE 1980)**

As discussões sobre a participação de mulheres nos movimentos de luta pela reforma agrária na Paraíba durante a década de 1980 produzem um material fundamental para o desenvolvimento de reflexões pertinentes ao campo historiográfico e social, através de revisões documentais, como também experiências presentes nos relatos de mulheres engajadas em movimentos sociais, que protagonizaram ações significativas dentro de suas comunidades, que foram além dos limites geográficos a que pertencem, alcançando novas perspectivas em relação às condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores do campo.

Esta seção se debruça sobre o histórico das lutas das mulheres do campo no estado da Paraíba, e busca analisar a trajetória desses movimentos dentro do contexto da ditadura civil-militar no Brasil, e em quais aspectos esse regime impactou nas organizações e ações exercidas por mulheres na Paraíba durante a década de 1980. É necessário compreendermos a importância da participação feminina na conjuntura desses acontecimentos, como práticas de afirmação e incorporação política da mulher camponesa, nas articulações de projetos que foram fundamentais no processo de luta pela reforma agrária na Paraíba.

Para fomentar esta discussão em bases teóricas, foram utilizadas revisões de trabalhos historiográficos que discorrem sobre a atuação de mulheres no contexto político e social na Paraíba, como também a análise do relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, em 1986 na cidade de Guarabira-PB, que foi promovido pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMB), que contém informações pertinentes sobre a organização desse movimento, e das atividades ocorridas no evento, que servirão como objeto de análise para a produção desta escrita.

A designação das funções exercidas por mulheres no contexto do campo se fundamenta, sobretudo, na estruturação de base organizacional da estrutura familiar. A figura feminina na dinâmica familiar camponesa pode ser compreendida pela imensa carga de responsabilidades e na execução de diversas atividades presentes no cotidiano rural, que em grande parte são efetuadas por mulheres, desde a plantação ao período de colheita, na lida com os animais, na educação dos filhos,

além de atividades domésticas diárias. Nessa perspectiva, é possível compreender que a dinâmica de sobrecarga de funções desenvolvidas pelas camponesas, constituem limites de suas funcionalidades e ações dentro da esfera privada. Embora estivessem localizadas em um ambiente culturalmente marcado por hostilidades e uma educação patriarcal, constituída de protocolos em relação ao papel das mulheres, estas desenvolveram notáveis procedimentos de enfrentamento aos poderes da classe dominante, e na busca por ações efetivas de representação feminina no setor público.

Devido à ausência de representação feminina em atividades relacionadas às organizações vinculadas aos trabalhadores do campo, e pela necessidade de se autoafirmarem como trabalhadoras rurais ativas, moradoras das regiões em conflito pela reforma agrária, em conjunto com movimentos da Igreja Católica da Paraíba, passaram a organizar ações desempenhadas por mulheres, que visavam a busca por direitos e visibilidade para a causa camponesa, sobretudo com destaque para as demandas e necessidades enfrentadas pelas mulheres no meio rural.

Trabalhos como os de Duarte (2014) e Souza (2019) nos fornecem um apoio teórico que nos baseia sobre a formação desses movimentos, e sua complexidade organizacional, que foi possível em grande parte devido à aproximação com membros da Igreja Católica, que atuavam em favor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Além das autoras acima citadas, Diego França (2020) escreveu sobre questões relacionadas à participação da Igreja nas lutas dos trabalhadores rurais da região compreendida como Agreste Paraibano, e que contribuem para compreendermos a ligação entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Brejo da Paraíba, e a forte influência da Teologia da Libertação nos trabalhos praticados pelos setores que estabeleceram uma parceria com a Diocese de Guarabira-PB, como a criação da “Pastoral Rural (posteriormente CPT), o Serviço de Educação Popular – SEDUP, o Centro de Orientação dos Direitos Humanos – CODH. etc., os quais marcaram a atuação da Igreja junto aos movimentos populares na região” (França, 2020, p. 41).

Tal relação pode ser estudada também graças às informações presentes no Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo, no qual constam dados sobre a organização do evento, como a participação da Equipe de Advogados do

CODH de Guarabira, e CODDH de João Pessoa, Equipe do SEDUP, Equipe do PROCEP, Pastoral Rural da Diocese de Guarabira, e agradecimentos à colaboração prestada pelas Irmãs da Diocese de Guarabira, pelos Cônegos de Santo Agostinho e pelo Bispo da Diocese de Guarabira, Dom Marcelo Pinto Carvalheira (MMB, 1986).

A busca por informações que verifiquem a participação das mulheres do Brejo nos movimentos rurais é parte fundamental para que possa ser feita uma análise dos acontecimentos que marcaram essa região da Paraíba e que ainda possui um estudo reduzido sobre a escrita da história de trabalhadoras do campo, principalmente sob a perspectiva do protagonismo feminino em posicionamentos de resistência ante à dominação do latifúndio. Considerando o contexto social e político nacional, na década de 80, e quais foram os impactos e influências causadas à sociedade paraibana nesse período, Susel Oliveira da Rosa (2015) aponta que

Se as mulheres têm estado ausentes, com algumas exceções, nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os acontecimentos da ditadura civil-militar, esse contexto é mais intenso quando falamos no Estado da Paraíba e, em especial, o interior: a região do Agreste e do Brejo paraibano (Rosa, 2015, p. 317).

Conforme se deu o prosseguimento da análise do referido relatório, inúmeras questões de grande relevância puderam ser observadas. Em vista disso, é importante pensar nas principais problemáticas enfrentadas por essas mulheres, e quais eram suas reivindicações e motivações para formar uma frente feminina de trabalhadoras rurais.

Dentro da observação dos quesitos presente no documento, acerca da preparação do evento, é possível compreender o alto nível de interesse dessas mulheres em traçar projetos que pudessem promover mudanças reais em suas realidades considerando o gênero, e nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no ponto de vista de classe.

O grupo de mulheres que formaram o MMB era composto por participantes de diversos municípios da Paraíba, que articularam ideias e projetos, desde o início dos anos 1980, e devido ao crescimento do número de participantes (mulheres), e pela divulgação das ideias e ações elaboradas por esse movimento, foi compreendida a necessidade, seguida da oportunidade de ampliação dos diálogos e propostas, para além das comunidades em que essas mulheres residiam. Com isso, foi organizado o

I Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras, nos dias 07 e 08 de março de 1986.

No último dia do encontro, as mulheres que participavam, saíram pelas ruas da cidade de Guarabira, em forma de manifestação, exibindo cartazes e faixas com palavras de ordem e de reivindicações pelos direitos das mulheres e da classe camponesa. A escolha da data para a realização do evento foi pensada de forma alusiva ao Dia Internacional da Mulher, caracterizando uma ação simbólica de manifestação do movimento social composto por mulheres, no qual podemos perceber a presença de consciências críticas e o impacto dessas atividades para a ruptura de estereótipos relacionados a trabalhos realizados por mulheres, nos conceitos de gênero e classe, a partir de suas próprias experiências.

Além das questões relacionadas à reforma agrária, nas reuniões entre essas mulheres, eram abordados aspectos presentes nos seus cotidianos, como as opressões exercidas pelos maridos, as demandas relacionadas à maternidade, à discriminação reproduzida pela sociedade e nas próprias comunidades, dado o envolvimento dessas mulheres nos movimentos, questões que marcavam as realidades da mulher do campo como um todo e eram problematizadas a partir das definições de domínio presentes em suas experiências. Assim como expressa Susel Oliveira da Rosa (2015), que utiliza como exemplo a vivência de Margarida Maria Alves para se pensar em como as mulheres são retratadas a partir de suas bagagens individuais, e em como esses fatores são sobrepostos à sua condição política e pública:

Já os relatos e representações de Margarida Maria Alves estão sempre acompanhados da descrição da mulher que apesar de ocupar o espaço público da arena política, de coordenar um sindicato e ocupar o lugar de líder da luta dos camponeses frente aos latifundiários, não deixou de ser uma excelente mãe, esposa e religiosa. Essas características são sempre enfatizadas quando se fala da líder dos trabalhadores rurais. Novamente é o corpo das mulheres, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva que são enfatizados. Dessa vez, para mostrar que ocupar o espaço público não deve excluir o lugar de ser o sexo e a maternidade (Rosa, 2015, p. 319).

Ainda nessa perspectiva, Laianny de Souza (2019) discorre sobre como a união das mulheres foi determinante para evidenciar e denunciar as violências enfrentadas por estas dentro do ambiente familiar, e como as trocas de experiências

propiciadas pelos encontros, foram importantes nos contextos subjetivos daquele momento.

O apoio que elas encontraram umas nas outras foi responsável por romper barreiras e “quebrar correntes”, em meio a uma sociedade que pregava ser natural o fato das mulheres viverem silenciadas, sem poder questionar aquilo que era imposto para elas, mesmo que isso lhes causasse sofrimento (Souza, 2019, p. 43).

Devemos considerar ainda o contexto social e político das lutas pela terra, que estavam em pleno vapor nesse período. Durante essa fase, em muitas cidades da Paraíba estavam ocorrendo litígios entre trabalhadores rurais e latifundiários. Na cidade de Araruna, a mobilização de homens e mulheres trabalhadores do campo estava resultando na concretização na primeira desapropriação agrária, na Fazenda Calabouço, que foi representada pela liderança de Dona Antonia, membro da comissão organizadora do MMB. Em Alagoa Grande, a sindicalista Margarida Maria Alves, vítima da violência exercida pelo poder latifundiário, representou uma forte liderança da classe trabalhadora rural, assim como Sobreira (2022) afirma:

Assim, Margarida figurou como uma importante liderança em contexto de ditadura civil-militar, que se contrapôs aos interesses do chamado Grupo da Várzea ao reivindicar implicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e atuou na defesa da educação, tendo inclusive ajudado a criar o CENTRU, o Centro de 61 Educação e Cultura do Trabalhador Rural (FERREIRA, 2006). Lutou pelo 13º salário, férias, jornada de oito horas de trabalho, além de ter reivindicado dois hectares de terra para as famílias dos/as trabalhadores/as rurais (Sobreira, 2022, p. 60).

Muitas mulheres desempenharam papéis de grande protagonismo dentro dos movimentos sociais pela terra, e na microrregião do brejo<sup>2</sup> paraibano alguns nomes se tornaram conhecidos dado a sua atuação, como também no caso da senhora Maria Benício de Pontes, popularmente conhecida como Maria Preta, mulher negra, que se tornou líder sindical no município de Araçagi-PB, a primeira e única mulher a ocupar este cargo, formando oposição às classes dominantes da região, como aponta Paiva Neto (2020):

---

<sup>2</sup> “A formação dessa subunidade regional nos permite compreender mais profundamente suas relações com a totalidade do espaço agrário do Estado da Paraíba desde o período da colonização até sua configuração atual. [...]. O Brejo é uma realidade geográfica que precede uma regionalização oficial, pois possui características únicas dentro do território estadual e difere da concepção do senso comum do brejo enquanto área rebaixada e alagadiça”. Para saber mais, consultar: Silva (2021).

Maria Preta, como uma líder sindical, foi fruto de um processo formativo de quadros combativos por direitos de trabalhadores no campo pelos serviços e pastorais da Diocese de Guarabira. Esse também foi o caso de Margarida Maria Alves, Penha, Dona Lila e Dona Bebê, dentre tantas outras. Muitas mulheres assumiram atividades de animadoras católicas nas suas comunidades. A partir dessa experiência, passaram a militar em movimentos sociais, sindicatos ou partidos de esquerda, inspiradas pela necessidade de obtenção de direitos sociais e condições infraestruturais nos seus municípios, áreas de forte presença migratória movida por trabalhos sazonais (Paiva Neto, 2020, p. 224).

Com isso, podemos perceber que a atuação dessas mulheres e de tantas outras ultrapassam o campo epistemológico, e realizam ações concretas na busca por reformas nas estruturas sociais e políticas conservadoras, que privilegiaram historicamente, as classes dominantes, em detrimento das camadas sociais de base. Duarte (2014) aborda como os sentidos de organização dos movimentos sociais femininos, passaram a apresentar reivindicações mais intensas e a da necessidade de ampliação de representantes femininas nos setores que se dirigiam às causas dos trabalhadores do campo.

As mulheres trabalhadoras rurais através dos movimentos específicos de mulheres, só reforçam a necessidade que as mesmas têm em se colocar frente à luta contra a exploração de classe, as especificidades da mulher enquanto sujeito apropriado duplamente nesse processo. (Duarte, 2014, p. 36).

Assim, enfatizando a perspectiva histórica a que se dirige esse estudo, dado o conhecimento das desigualdades e explorações sofridas por homens e mulheres do campo, é interessante pensarmos sobre o histórico de lutas do campo na Paraíba, resgatando a memória dos fatos que ocorreram, por exemplo no município de Sapé-PB, com o desenvolvimento das Ligas Camponesas, lideradas por João Pedro Teixeira, que se soma a tantas outras vítimas fatais das violências praticadas pelo poder latifúndio. João Pedro teve seu legado mantido pelo empenho e bravura de Elizabeth Teixeira, sua esposa e companheira de luta, que assumiu a liderança do movimento das Ligas, organizando grandes manifestações dos trabalhadores, desafiando os interesses das oligarquias e do poder público que tentava cercear as ações dos trabalhadores, em vista das relações coexistentes entre os setores dominantes.

Com o golpe civil-militar em 1964, as lutas camponesas perderam força em vista da forte repressão imposta às pessoas que fizessem parte ou estivessem

envolvidas nos movimentos sociais, seguidos de ameaças e perseguições. Dessa forma, houve uma contenção das ações desempenhadas pelos trabalhadores durante os anos seguintes do regime, resultando na continuidade das práticas de exploração e domínio das classes dominantes agrárias em detrimento dos trabalhadores.

O Agreste Paraibano, ainda na década de 1970, diante do vácuo deixado pelas Ligas Camponesas na década passada, teve o avanço dos “sindicatos dos padres” e expressões de organização política de camponeses cristãos com reivindicações por reforma agrária e direitos de trabalhadores rurais, a exemplo do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da Ação Católica Rural (ACR). (...). Assim, apesar do golpe haver criado tentáculos para sufocar as expressões autônomas de luta política dos camponeses, podemos dizer (usando uma metáfora nativa da região), que os canais de organização eram “que nem fogo de monturo”, ou seja, queimavam discretamente de baixo para cima, continuamente e com grande energia para estabelecer níveis de autonomia camponesa (Paiva, 1985 apud Paiva Neto, 2020, p. 223).

Ainda nessa perspectiva, França (2020), afirma:

Especialmente a partir de 1964, com o golpe militar e a perseguição a qualquer forma de organização popular, a Igreja foi o espaço onde a organização social pôde ganhar corpo. Por isso o papel da Igreja foi fundamental para o crescimento das organizações populares frente à forte opressão que sofriam (França, 2020, p. 45).

Dessa forma, foi graças ao apoio da Igreja, da região episcopal de Guarabira-PB, que grupos de movimentos sociais começam a serem organizados, e foi devido à participação dos agentes ligados a essa instituição, que muitas mulheres passam a desenvolver atividades em suas comunidades, a priori com aspectos mais ligados à religião, e posteriormente, essas ações se desenvolvem nas esferas políticas e sociais mais amplas.

As movimentações elaboradas pela Igreja no meio político mais geral, resultaram na formação de frentes de oposição sindical às estruturas conservadoras na região. Estes aspectos estão diretamente relacionados às condições de vida e representação dos trabalhadores do campo, visto que, em razão da influência da Igreja nos sindicatos, estas instituições passaram a adotar novas concepções, como Duarte (2014) aponta:

Com o aumento da influência dos sindicatos cristãos, dando caráter, exclusivamente, assistencialista aos sindicatos é que, na década de 1970,



ocorreu o aumento da sindicalização feminina no meio rural. Foi com essa conjuntura sindical que foi possível o aparecimento das mulheres no meio sindical não apenas como esposa e mãe, mas como figura de importância na luta por direitos trabalhistas. O que tornou possível que sua presença, ganhasse cada vez mais uma maior participação nos sindicatos começando a travar lutas contra a estrutura do Estado e do próprio capitalismo, na posição de mulher sindicalizada e trabalhadora rural (Duarte, 2014, p. 40).

Considerando esses fatores, é possível traçar um entendimento contextual da trajetória dos movimentos sociais do campo, sobretudo, dos movimentos de mulheres trabalhadoras, como no caso de Margarida e Maria Preta, citadas anteriormente, líderes sindicais que se colocaram frente a uma estrutura conservadora, patriarcal e exploradora da mão de obra camponesa, que, no entanto, eram conscientes da necessidade de que reformas nas estruturas sociais fossem promovidas, e que além das dificuldades enfrentadas no processo de luta pela terra, lidavam com as violências e desigualdades historicamente construídas para o feminino.

Algumas questões existentes nas realidades vividas por estas e demais mulheres que participaram dos movimentos sociais do campo na Paraíba, foram pautas discutidas no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, e estão exibidas no relatório do evento, como, mulher e maternidade; mulher e trabalho; mulher e sindicalismo; mulher e terra; mulher e constituição. Com isso, é possível perceber as demandas que essas mulheres lidavam, e como todas se interligam, visto que se trata de um sujeito (mulher), e como ela administra os demais aspectos, pondo em perspectiva, que, caso a mulher decida exercer outra função, como a de sindicalista, sua maternidade não é excluída de sua vivência, e sim, surge o questionamento social de como a mulher poderá conciliar seu papel na dinâmica familiar, sem que sua atuação política cause danos à primeira.

Essas questões abrem um leque de possibilidades para se problematizar como a família, a sociedade e o Estado reproduzem uma estrutura de cerceamento das ações femininas. Entretanto, é importante que saibamos que existem diferenças nos modos em que o machismo e o sexismo são instituídos, na perspectiva de mulheres do campo, esses conceitos atravessam paradigmas culturais, em que comumente não existem compreensões conceituais formadas (ou talvez não seja essa a preocupação matriz) sobre a que se referem esses termos, mas o entendimento de tais conceitos é formado através das trocas de experiências de violências sofridas por essas mulheres.

Os apontamentos expostos por Sobreira (2018) evocam questionamentos e reflexões acerca das organizações de mulheres na Paraíba em um contexto de lutas no campo, e como as ações realizadas por esses grupos contribuíram em aspectos mais amplos à formação de um feminismo rural no estado.

Até que ponto as mulheres camponesas são reconhecidas como contribuintes do movimento mais geral de mulheres? É sabido que a década de 1980 configurou-se como um caldo contra hegemônico, palco dos mais diversos movimentos sociais. A Paraíba, por exemplo, foi palco de lutas no campo que já vinham das décadas anteriores e de resistências de mulheres que já se inseriam nos espaços sindicais e fundavam grupos como foram os grupos feministas (Sobreira, 2018, p. 49).

A partir de relatos colhidos para o desenvolvimento do seu trabalho, Souza (2019) reflete sobre os impactos dos movimentos produzidos por mulheres na região estudada.

Elas passaram a trocar experiências e conhecimentos diversos e, dessa maneira, foram tendo acesso a um mundo exterior que antes desconheciam. Cada mulher militante, a seu modo, foi contribuindo para as modificações que impactaram tanto na sua vida quanto na vida de outras mulheres (Souza, 2019, p. 48).

Diante do que foi expressado, podemos compreender alguns aspectos fundamentais para pensarmos do ponto de vista histórico sobre os movimentos sociais organizados por mulheres, e como estes foram importantes na trajetória política e social da classe trabalhadora rural, como também na promoção de ações femininas que resultaram em mudanças significativas para o cotidiano dessas trabalhadoras.

Os apontamentos levantados no decorrer desta narrativa, propiciaram o desenvolvimento de reflexões críticas acerca das condições de vida dos camponeses (especialmente das camponesas) e do contexto político da Paraíba no período da ditadura civil-militar. A escrita sobre mulheres trabalhadoras do campo corresponde a um espaço ainda não muito explorado pela historiografia, contudo, a importância de trazer visibilidade às experiências de pessoas dos setores de base da sociedade, tem promovido uma ampliação do conhecimento científico, e elucida os méritos dos empreendimentos executados por trabalhadores e trabalhadoras rurais, e os impactos gerados por estes e estas em várias instâncias coletivas.

As pesquisas elaboradas pela historiadora francesa Michelle Perrot (1995) contribuem com esta narrativa para a formação de uma crítica historiográfica em

vista da ausência de fontes a respeito das histórias de mulheres, sobretudo mulheres que estão inseridas nas camadas populares, e sobre a necessidade de uma construção de novas perspectivas históricas que ampliem as noções do pensamento acerca das realizações efetuadas por mulheres, nos campos políticos, sociais e fatores de gênero, que congregam em condições que implicam diretamente na constituição de uma historiografia excludente e reducionista das ações femininas.

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos (Perrot, 1995, p. 09).

Considerando tais argumentações, é possível estabelecer uma relação entre as apresentações teóricas que serviram como suporte metodológico categórico, e os acontecimentos contextualizados no território da Paraíba, em razão de uma crítica que se tornou um ponto em comum, no que se refere à necessidade da construção de uma historiografia que considere as ações e práticas femininas no cenário público, partindo do pressuposto de redimensionamento do status de sujeito secundário, passando a ocupar posições de protagonismo de suas próprias histórias.

Dentre os exemplos de protagonismo feminino citados ao longo desta produção, a história da senhora Antonia da Cruz Silva, moradora do município de Araruna-PB, foi o ponto de partida para a elaboração deste trabalho. Suas histórias de vida, lutas e conquistas passarão a serem descritas no item seguinte, baseadas em sua própria narração de si, por meio de duas entrevistas concedidas a mim. Realizando um trabalho com a memória, pude conhecer uma história que passou por um processo de esquecimento social, resultado de uma estrutura política de apagamento histórico e de tentativas de silenciamento das mulheres.

### 3 ANTONIA DO VARELO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

*“A gente tinha muito medo, mas tinha muita fé, que nós íamos ser vitoriosos”  
(Antonia da Cruz Silva)*

Antonia da Cruz Silva nasceu em 26 de junho de 1944, no município de Araruna, no estado da Paraíba. Filha de João Batista de Souza e Maria Madalena da Conceição, agricultores residentes da Fazenda Calabouço no mesmo município, na condição de arrendatários. Essa condição equivale ao exercício do trabalho executado pelos agricultores, em troca de moradia e uma pequena parcela de terra, para que este e sua família pudessem cultivar alimentos para a subsistência. Além disso, os agricultores ainda deveriam contribuir com uma quantia mensal aos proprietários, o que seria a “renda”, como era o caso da família de Dona Antonia e demais moradores da propriedade.

Durante toda sua vida, residiu na Fazenda Calabouço, em uma determinada área da propriedade que ficou comumente conhecida como Varelo de Baixo. Nesta localidade, Dona Antonia cresceu, conheceu seu esposo, e constituiu sua família, sob as mesmas condições de trabalho na agricultura em que seus pais viveram. As informações acima e demais que serão apresentadas no decorrer desta seção, em grande parte foram concebidas por meio de duas entrevistas concedidas a mim por Dona Antonia. A primeira entrevista foi realizada em 06 de dezembro de 2022; a segunda ocorreu em 08 de julho de 2023, ambas foram fundamentais para a construção deste trabalho.

A primeira entrevista foi realizada na sua residência, no Sítio Varelo de Baixo, e teve como objetivo fazer uma sondagem sobre os acontecimentos e estabelecer o primeiro contato entre pesquisadora e entrevistada. Nessa primeira etapa, Dona Antonia fez levantamentos gerais sobre os conflitos, relatou os acontecimentos e optou por uma abordagem não muito detalhada, contudo, esse momento abriu possibilidades para que fosse possível construir uma narrativa com base na oralidade. “A necessidade é quem obriga a gente a partir em frente” (Silva, 2022) (Informação Verbal).

A segunda entrevista também foi realizada em sua residência, desta vez na zona urbana. Dona Antonia passa maior parte do tempo na zona rural, entretanto, conta com uma casa na cidade, que serve como apoio para os momentos que se

fazem necessários, especialmente devido à sua mobilidade, tornando o acesso mais fácil à determinados serviços prestados na parte urbana do município de Araruna.

No segundo dia, Dona Antonia demonstrou uma maior disponibilidade e interesse em contar suas histórias. Talvez porque sua confiança já estivesse mais estabelecida nesse momento. Além disso, novas questões surgiram a partir do material colhido na primeira entrevista, relacionadas à sua participação no movimento de mulheres, sobre o contexto social e político na época dos conflitos, e se haviam mais mulheres envolvidas nas lutas pela terra em Araruna.

A escolha em escrever sobre a história de Dona Antonia partiu inicialmente de me aprofundar em uma temática na qual se aproximasse intimamente à minha própria história. Antônio Fernandes Cordeiro, meu avô, agricultor e sindicalista, conhecido popularmente como “Tota do Sindicato”, fez parte da história dos trabalhadores rurais de Araruna, e foi o ponto de conhecimento em comum entre minha interlocutora e eu.

No primeiro dia de entrevista, me desloquei até à zona rural do município de Araruna, no Sítio Varelo de Baixo, local onde Dona Antonia reside com seu esposo. Ao me apresentar, ela me fez o seguinte questionamento: “minha filha, você é neta de Seu Tota do Sindicato?”. Ao confirmar, deixei de ser uma estudante de graduação do curso de História e passei a ser lida como a neta de alguém que ela conheceu, de forma espontânea. Em certo grau isso provocou uma afinidade entre a entrevistadora e a protagonista dessa história. A respeito da aproximação entre o tema e o pesquisador, Bosi (1994) afirma:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão "observador participante" pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes (Bosi, 1994, p. 02).

Diante da perspectiva apresentada por Bosi (1994), é possível estabelecer compreensões de maior amplitude no que diz respeito à tarefa do pesquisador, enquanto sujeito capaz de compreender as dimensões da experiência através da narração, especificamente, em entrevistas. Tal capacidade se dá no exercício de participar ativamente, do que é apresentado pelas lembranças do narrador. O

significado dessa participação se reflete na maneira como as memórias vão se construindo ao longo da entrevista.

Para poder construir uma narrativa em torno dos eventos em contexto, ao entrevistar Dona Antonia, busquei elencar as perguntas de modo que pudéssemos seguir uma linearidade dos acontecimentos, entretanto, conservamos um diálogo estritamente aberto às possibilidades de narração da entrevistada, considerando suas limitações e disponibilidade para adentrar em aspectos sensíveis à suas memórias sobre os contextos passados. A proposta de estabelecer uma linha do tempo dos fatos também foi pensada para que eu pudesse construir um entendimento aproximadamente adequado do que estava sendo relatado, e dos elementos documentais dos quais tive acesso, como o Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (1986), e a na exploração de bibliografias que discorrem sobre a temática em estudo.

Inicialmente, pedi para que Dona Antonia me contasse um pouco sobre si, características como nome, data de nascimento, filiação e etc., procedimentos metodológicos importantes para que a partir de então pudéssemos dar sequência à entrevista e adentrar no assunto dos litígios pela terra que ocorreram em Araruna, e sobre sua participação nesse processo. Este último item foi o que me guiou nesta produção, e serviu como fator de orientação para pensar a seguinte questão: por que a história de Dona Antonia deve ser contada? E ainda outros questionamentos, como: por que não é do conhecimento social local a história sobre as conflagrações entre agricultores e latifundiários na região? Quais foram os impactos políticos e sociais advindo desses eventos? E por quais razões essa história foi levada ao esquecimento?

As inúmeras indagações surgem sob o olhar influenciado pelos métodos da pesquisa historiográfica, mas devido às limitações a que se resumem este trabalho, vamos nos debruçar sobre a necessidade de registrar na escrita a história de uma mulher que agiu pensando coletivamente, que representou uma classe e enfrentou diversos desafios durante sua trajetória. Todavia, as demais perguntas que foram suscitadas abrem possibilidades de reflexões que se relacionam diretamente com o problema principal.

O histórico das lutas em Araruna e na região do Brejo Paraibano que foram descritas nas seções anteriores compuseram o cenário que marcou a atuação de

Dona Antonia nos movimentos sociais do campo. Diante da opressão latente imposta pelos grandes fazendeiros, herdeiros do Coronelismo, e pela ausência do Estado relacionada a políticas do campo que prestassem qualquer tipo de auxílio aos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araruna inicialmente serviu como ponto de orientação para os trabalhadores da Fazenda Calabouço no início da década de 1980, que estavam sob forte ameaça de ordem de despejo pelo novo proprietário.

Dona Antonia relatou que a partir desse momento, as situações de conflito se acentuaram, e, nessa perspectiva, a entrevistada recordou o seguinte acontecimento: “um dia eu tive uma experiência; convidei as outras pessoas e disse: vamos escrever uma carta para o Bispo! E ninguém nem conhecia esse Bispo, só ouvia falar, e foi ele a nossa luz!” (Silva, 2023) (Informação Verbal). O Bispo em questão foi Dom Marcelo Cavalheira<sup>3</sup>, que atuava na Diocese de Guarabira-PB, sob a perspectiva teológica circunscrita à teologia da libertação, e diante do contexto exposto pela entrevistada, o conhecimento de sua existência, conduziu os trabalhadores a buscarem apoio com a Igreja. Assim como França (2020) menciona:

A influência da Igreja Católica foi historicamente importante nas lutas dos camponeses em todo o estado paraibano. Se nos referirmos especificamente a Mesorregião do Agreste-PB, observaremos que a grande maioria dos assentamentos, derivados da luta pela terra, expressam as marcas deixadas pelo apoio eclesial (França, 2020, p. 27).

A atitude tomada por Dona Antonia foi o ponto chave que mudou dali em diante a história dos trabalhadores rurais de Araruna. Segundo a interlocutora, no conteúdo da carta escrita por ela em nome dos trabalhadores da Fazenda Calabouço e enviada à Comissão Pastoral da Terra – CPT da cidade de Guarabira, haviam pedidos de oração, já que os moradores eram “marcados para morrer” (Silva, 2023) (Informação Verbal). Ainda sobre este fato, Dona Antonia complementou: “aí eu me vali primeiramente de Deus, e segundo do Bispo, para que ele rezasse por nós” (Silva, 2023) (Informação Verbal)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> “Dom Marcelo Cavalheira foi um bispo que desenvolveu atividades de base popular que se tornaram a marca da Igreja Católica renovada dos anos 1970 na América Latina, sob a forte influência da Teologia da Libertação” (França, 2020, p. 52).

<sup>4</sup> Esse episódio também é rememorado pelo Pe. Pescarmona. Cf.: <https://catedraldaluz.org.br/monsenhor-luiz-pescarmona-uma-vida-ao-ensino-e-catequese-para-o-povo/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

Durante o processo de formulação dos apoios teóricos e revisões documentais, foram enviadas solicitações de acesso aos arquivos documentais da CPT de Guarabira, no entanto, por razões desconhecidas, não obtive alcance a esses dados. Algum tempo após o envio da carta, Dona Antonia e sua família foram surpreendidos com a chegada do Pe. Luiz Pescarmona<sup>55</sup>, que veio como representante da Igreja e acompanhado de um membro da CPT, trazendo consigo a carta enviada pelos trabalhadores e apresentando as possibilidades de realizar uma reforma agrária naquele território; e também alertando sobre as dificuldades que os trabalhadores viriam a enfrentar durante o processo. Dona Antonia conta que por conta das ameaças que os trabalhadores sofriam naquele momento, a sensação de medo era constante dentro da comunidade, e a aparição de desconhecidos provocou desconfiança entre os moradores.

O medo que os trabalhadores sentiam naquele momento se dava em razão das maneiras de coerção utilizadas pelo então proprietário, que, como consta nos relatos da entrevistada, foi ao encontro dos trabalhadores em suas residências portando uma arma como maneira de intimidá-los a saírem das terras, sem prestar nenhum suporte às famílias que ali dedicaram toda sua força de trabalho e tempo de vida, deixando-os à própria sorte.

O estado da Paraíba carrega um histórico de violências praticadas contra trabalhadores do campo, em seus exemplos mais conhecidos como as mortes de João Pedro Teixeira, líder das Ligas de Sapé, e a sindicalista Margarida Maria Alves, de Alagoa Grande, ambos brutalmente assassinados pelas elites do latifúndio. No contexto vivenciado em Araruna durante a década de 1980, além dos prenúncios empreendidos pelo proprietário, a polícia local também agiu como força repressiva contra os camponeses, apresentando objetos como algemas para suscitar o medo entre os trabalhadores. A lei do patrão e do latifúndio pretendia ditar as regras, e mais do que isso, medo (NOVAES, 1997). Contra isso, como argumentamos, não foram poucas as resistências.

---

<sup>5</sup> Luiz Alberto Pescarmona nasceu em 3 de julho de 1938, em Canale Piemonte, na Itália. (...). Veio para o Brasil, em 1966, fixando na diocese de Teófilo Ontoni, Minas Gerais, onde trabalhou durante 11 anos. Transferiu-se para a arquidiocese da Paraíba, em 1977, na região Episcopal do Brejo paraibano, atualmente Diocese de Guarabira, como vigário cooperador da Paróquia de Nossa Senhora da Luz. Exerceu várias funções na Diocese de Guarabira, tais como: exerceu a função de agente espiritual da Pastoral Rural, desde 1980 onde esteve em meio aos camponeses em conflito de terra” (França, 2020, p. 35).



Dessa forma, esse fato elucidada a historicidade do momento em questão, visto que durante o a vigência do regime civil-militar no Brasil, em meados dos anos 1980, as elites e o poder público formavam alianças em favorecimento mútuos, e na coibição das classes menos favorecidas, ou daqueles que eram considerados como subversivos. Com a visita do Pe. Luiz à comunidade do Varelo de Baixo, as ocorrências de violências sofridas pelos trabalhadores locais passaram a ser denunciadas e ganharam repercussão nos meios sociais. Devido a sua atuação na comunidade como catequista, e participante envolvida nas atividades na Igreja Católica, Dona Antonia foi a agricultora que estabeleceu uma relação de maior proximidade com o cônego. Além disso, desde o início dos confrontos, a todo momento ela esteve engajada nas ocorrências, e em virtude de seus posicionamentos, passou a representar a causa dos trabalhadores e trabalhadoras da sua região.

Como narra a interlocutora, ela começou a ser convidada para participar de reuniões da CPT, inicialmente nas cidades de Guarabira-PB e Pirpirituba, também no mesmo estado, onde estavam presentes representantes dos sindicatos da região e pessoas ligadas aos grupos da Igreja, onde nessas ocasiões discutiam sobre a questão agrária e direitos dos trabalhadores do campo. Segundo Dona Antonia, foi em um desses encontros que ela foi convidada a participar do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo, no qual, devido à repercussão das lutas em Araruna, e seu lugar de representatividade feminina, ela passou a fazer parte da comissão organizadora do movimento, como constam nos dados do relatório do I Encontro do MMB, que aconteceu nos dias 07 e 08 de março de 1986 em Guarabira-PB.

Considerando todo o contexto de instabilidades do período em questão, após as descrições feitas por Dona Antonia sobre o quadro de lutas, na segunda fase da entrevista dialogamos sobre os papéis das mulheres nas circunstâncias citadas, e como eram as relações de gênero dentro da comunidade e dos movimentos em que ela estava incluída.

Após o contato com agentes da CPT, e representantes de outros órgãos de atuação em defesa dos trabalhadores do campo, as orientações foram de buscar também apoio com a FETAG-PB (Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura). Para tal, Dona Antonia realizou algumas viagens à capital João Pessoa

e foi nesse ponto em que a questioneei sobre o que a motivou a assumir a responsabilidade e os desafios de estar à frente dessa causa. Disse:

Eu tinha cinco meninos na época, aí eu disse “eu vou lutar por essa posse de terra, para mais tarde, meus filhos não estejam sofrendo o que eu estou sofrendo hoje, porque a gente não tinha aonde fazer uma casa”. Eu não queria que meus filhos ficassem naquela situação, aí eu enfrentei (Silva, 2023) (Informação Verbal).

Nessa perspectiva, ela continuou seu relato contando sobre a situação das demais mulheres da comunidade, e sobre como suas ações eram restringidas pelos maridos, também sobre as discriminações feitas pela sociedade às mulheres que, assim como ela, estavam à frente das lutas. Partindo desse pressuposto, outras questões foram evocadas em relação à dinâmica vivenciada por Dona Antonia, além dos movimentos do campo.

Como a mesma expressou em palavras, sua condição materna a motivou a enfrentar os desafios para conquistar o direito à permanência na terra. Dessa forma, é necessário refletir sobre o funcionamento do núcleo privado das mulheres envolvidas nas lutas. Suas atuações nas esferas políticas e públicas não as isentavam de seus ofícios como mãe, dona de casa, esposa e agricultora. Por essas razões, assim como foi ressaltado na entrevista com ela, muitas mulheres não puderam dar início ou continuidade dentro dos movimentos do campo.

Com base nisso, é possível estabelecer uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se inserirem nas lutas. Ao ser questionada sobre quais eram as pautas discutidas nos encontros do MMB, Dona Antonia conta que as funções exercidas pelas mulheres dentro e fora das lutas, eram pontos em destaque nos debates. Outras questões, como a reforma agrária, direitos trabalhistas, a inserção de mulheres nos sindicatos, educação e saúde no campo, e a conscientização dos direitos e deveres das mulheres, estavam dentre os problemas a serem analisados.

A luta pela desapropriação agrária em Araruna foi progredindo em virtude da colaboração dos órgãos ligados à CPT que prestaram assistência jurídica durante o processo, e principalmente aos trabalhadores, que estiveram engajados e mantiveram-se perseverantes na luta pela terra. Em meio aos acontecimentos, a participação de Dona Antonia em reuniões, encontros e outras atividades relacionadas aos movimentos de mulheres e reforma agrária se deu com maior

frequência, com isso, ela estabeleceu novas sociabilidades e aproximações com outras líderes e representantes dos camponeses, como Dona Lia, representante da comunidade Baixio do Riachão, Maria Preta, sindicalista da cidade de Araçagi, e Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande e líder das lutas pela terra e pelos direitos dos trabalhadores no município.

As trocas de experiências e vivências do campo, com essas e demais mulheres, foram essenciais para Dona Antonia naquele período, em vista de que mesmo com os avanços dos trâmites legais, o cenário em Araruna ainda representava instabilidades e inseguranças provocadas pelo medo do processo de desapropriação não se concretizar, e medo em relação à sua integridade física e também dos outros trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, as sociabilidades femininas desenvolvidas no contexto das lutas promoveram formas de apoio e encorajamento em momentos de incerteza. No mais, é possível enxergar que além das questões políticas tratadas nos encontros de mulheres, estas formaram uma rede de afetividades e cooperação importantes.

Ainda sobre a aproximação com as referidas representantes, perguntei à Dona Antonia sobre seu contato com Margarida, e ela discorreu brevemente em um trecho da entrevista:

O derradeiro encontro que eu participei com ela, foi em Sapé, eu não sei qual foi o ano, eu só sei que eu gravei muito bem uma palavra que ela disse, que era assim: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome!”. E eu escutei com meus ouvidos e pus em prática! (Silva, 2023) (Informação Verbal).

A fala de Margarida que Dona Antonia menciona foi uma frase utilizada pela sindicalista em muitos de seus discursos, a qual carrega uma potência simbólica que se refere às atribulações vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Quando a entrevistada coloca que pôs em prática o sentido da frase de sua companheira de luta, também diz respeito aos encontros promovidos por Dona Antonia na sua comunidade; após as reuniões que ela participava, convidava as mulheres para repassar o que havia aprendido. Traz:

Eu me lembro muito bem de umas coisas. Que mulher tinha que se conscientizar, era uma palavra que eu não sabia nem dizer; que mulher também era gente; mulher era filha de Deus e irmã do homem, e tinha os

mesmos direitos que o homem tem também. Nós não era parte fraca não!  
(Silva, 2023) (Informação Verbal).

Dado esse fato, pode-se notar através dos relatos, a preocupação de Dona Antonia em promover e compartilhar com as outras mulheres os conhecimentos e experiências que ela havia adquirido, e como estes foram elementos importantes na constituição de uma consciência crítica sobre sua realidade nas perspectivas de classe e gênero. Para além disso, é notória a estruturação de ações e pensamentos que podem ser concebidos como práticas de resistências de mulheres rurais em Araruna-PB.

Durante o curso da entrevista, percebi a necessidade de ter conhecimento sobre quem eram, ou quais eram os nomes das demais mulheres que participavam juntamente com Dona Antonia nas movimentações conflituosas em Araruna. Essa questão é relevante para que possa ser feito um mapeamento de mulheres que contribuíram ativamente nos processos de luta pela terra no município, para que talvez seja possível construir novas narrativas, em dimensões mais amplas sobre o histórico de feminismos do campo na Paraíba.

Como foi salientado no início deste capítulo, os caminhos metodológicos no trabalho com a memória passam por limitações, e nesse caso, Dona Antonia aos 79 anos de idade, disse não recordar o nome de todas as mulheres que participaram do que aconteceu no seu município, todavia, ressaltou que não foram muitas devido às várias proibições impostas pelos maridos, no entanto, recordou os nomes de duas companheiras: Edite e Carminha.

Em razão das delimitações normativas, este trabalho não teve pretensões em elaborar uma narrativa que desempenhasse a captação e o registro dos acontecimentos em sua totalidade. Desse modo, não realizei buscas direcionadas às histórias dessas duas mulheres mencionadas pela entrevistada. Contudo, saber sobre a existência de outras participantes, que também vivenciaram os acontecimentos aqui descritos, apontam para novas perspectivas de escrita em produções posteriores.

O processo de desapropriação da Fazenda Calabouço, especificamente na área que é compreendida como Varelo de Baixo, passou por um longo e árduo processo de lutas. As dissidências entre trabalhadores rurais e latifundiário

resultaram na conquista da formação do primeiro assentamento de reforma agrária do município de Araruna, no estado da Paraíba.

Antonia da Cruz Silva é uma mulher negra, mãe, esposa, que trabalhou durante toda sua vida como agricultora. Hoje, na sua velhice, permanece em sua residência no Sítio Varelo de Baixo, experienciando a calma no lugar que tanto lutou para chamar de seu.

Antonia do Varelo é uma mulher forte, que teve uma vida dura, mas não endureceu na caminhada mesmo com os preconceitos e ofensas devolvidos a ela pela sociedade elitista e misógina, que chamavam os/as camponeses de “ladrões de terras”, e as mulheres de “atrevidas” (inclusive até hoje) porque estes/as não se permitiram continuar a serem explorados e foram lutar pelos seus direitos. Ela continuou em defesa da sua causa, atuando em outras áreas de desapropriação em Araruna e região, prestando auxílio e apoio à sua classe, ensinando os caminhos a serem traçados para que houvesse justiça.

O protagonismo feminino na esfera de lutas do campo em Araruna passou por um processo de esquecimento político e social, que advém de uma estrutura histórica de silenciamento das ações realizadas pelas populações das camadas de base. Em vista disso, escrever sobre a história de Dona Antonia é romper com um silenciamento imposto; é dar voz a uma história de resistência; é também uma tentativa de preservação da memória enquanto fonte histórica, é também, e sobretudo, promover o reconhecimento das suas contribuições significativas para a história das mulheres e homens do campo na Paraíba.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa construída acerca do protagonismo feminino na luta pela terra em Araruna-PB, atravessam perspectivas referentes às condições de classe e gênero, no contexto da reforma agrária na Paraíba nos anos de 1980. A historicidade do município de Araruna privilegiou as camadas dominantes da sociedade, nos campos políticos, econômicos e culturais, desde sua fundação, visto que suas contribuições ao desenvolvimento regional excluíram por muito tempo a existência da classe trabalhadora como sujeitos atuantes nos processos sociais e demais fatores, como os anteriormente mencionados.

Os movimentos do campo, associados aos movimentos de mulheres, foram capazes de produzir formas de resistência ao sistema de exploração da classe trabalhadora, sob a dominação do latifúndio, como também pelas práticas repressivas de abuso de poder político aplicadas pelos agentes públicos, no período do regime civil-militar.

A representatividade conquistada possibilitou a muitas mulheres paraibanas, o acesso a informações e instituições envolvidas com a causa dos trabalhadores, que foram essenciais para o desenvolvimento nos setores público, e também, para mudanças nas estruturas do núcleo privado. Tais mudanças se deram a partir dos posicionamentos de autonomia e valorização das atividades realizadas por mulheres, que foram alcançados através de mobilizações executadas pelo movimento feminino, onde nessas ocasiões, requeriram o reconhecimento da profissão de agricultoras, em relação aos direitos e benefícios que deveriam serem assegurados pelo Estado.

Nessa perspectiva, a história de Antonia da Cruz Silva (Dona Antonia) perpassa os limites do espaço em que estava inserida. Escrever sobre essa mulher, abriu possibilidades de pensar sobre as condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo de Araruna, e não somente estas, mas suas contribuições causaram impactos significativos em relação à história das mulheres num cenário mais amplo, uma vez que, antes de serem trabalhadoras, as mulheres enfrentam cotidianamente os desafios de serem mulheres, mães, esposas, agricultoras.

Assim, Dona Antonia representa mais que uma classe, ela ajudou a promover uma nova história em sua cidade; foi revolucionária. Suas experiências de

vida, assim como as de Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira, Dona Lia, Maria Preta, Penha e tantas outras Marias, fazem parte da história da Paraíba, são a própria história de resistência do e no campo no estado.

## REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DUARTE, E. L. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FRANÇA, D. P. I. **Teologia da Libertação e Práxis: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MOREIRA, E. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, nº 14, 1997.

PAIVA NETO, F. F. A trajetória de Maria Preta no sindicalismo rural no município de Araçagi (PB) na década de 1990. **História Oral**, [s. l.], v. 23, p. 221-241, 2020.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 09-28, 1995.

ROSA, S. O. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, p. 01-16, 2015.

SILVA, I. P. Memória e uma história de Araruna, uma cidade da Paraíba. **Anais - XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: entre o nacional e o regional**, Guarabira, 2008.

SOBREIRA, D. N. **“Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”:** **experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SOBREIRA, D. N. **Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba**, Brasil. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, Coimbra, v. 07, p. 47-60, 2018.

SILVA, E. O. **As Novas Regionalizações e o Espaço Agrário do Brejo Paraibano: Um Debate Necessário**. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021, João Pessoa. *A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal*, 2021.



SOUZA, L. C. S. **Mulheres Trabalhadoras em Movimento: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.

THOMPSON, P. R. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **FONTES**

MMB – Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo. **Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras**. Guarabira, 1986.

SILVA, A. C. **Atuação feminina nos processos de desapropriação da fazenda calabouço**. [Entrevista concedida a] Maria Emília Lima Fernandes. Araruna, 06 de dezembro de 2022. (17 min.).

SILVA, A. C. **Atuação feminina nos processos de desapropriação da fazenda calabouço**. [Entrevista concedida a] Maria Emília Lima Fernandes. Araruna, 08 de julho de 2023. (54 min.).

**ANEXOS**

**ANEXOS 1 E 2 – TERMOS DE CESSÃO DAS ENTREVISTAS****TERMO DE CESSÃO**

CEDENTE: Antônia da Cruz Silva  
Nascida em: Araruna PB a: 28/05/1944  
De estado civil: casada  
Domiciliada em: rua João Carlos de Baixo Araruna PB  
De profissão: Agricultora  
E endereço profissional:  
rua João Carlos de Baixo Araruna PB

CESSIONÁRIA: MARIA EMÍLIA LIMA FERNANDES, pesquisadora do projeto de conclusão de curso.

OBJETO: Entrevista gravada.

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora acima citada, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, realizada na cidade de Araruna PB em 06/12/2022 num total de - horas e 17 minutos. A pesquisadora fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, a partir de trabalhos, bem como permitir a terceiros/as o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Araruna PB, 06 de Dezembro de 2022

Antônia da Cruz Silva

Assinatura da depoente/cedente

**TERMO DE CESSÃO**

CEDENTE: Antonia da Cruz Silva  
Nascida em: Araucária PB a: 25/05/1944  
De estado civil: casada  
Domiciliada em: sítio Haroldo Baixo Araucária PB  
De profissão: Agricultora  
E endereço profissional:  
sítio Haroldo de Baixo Araucária PB

CESSIONÁRIA: MARIA EMÍLIA LIMA FERNANDES, pesquisadora do projeto de conclusão de curso.

OBJETO: Entrevista gravada.

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora acima citada, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, realizada na cidade de Araucária PB em 07/2023 num total de - horas e 54 minutos. A pesquisadora fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, a partir de trabalhos, bem como permitir a terceiros/as o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Araucária PB, 08 de Julho de 2023

Antonia da Cruz Silva

Assinatura da depoente/cedente



**ANEXO 3 – REGISTRO DAS ENTREVISTAS**

Foto autorizada pela entrevistada  
Fonte: Arquivo da autora (2022)